

5 — O oficial de ligação apresentará periodicamente, com a frequência que lhe for definida, relatório da sua actividade à Direcção-Geral de Administração Interna, com cópia ao chefe da missão.

18 de Março de 2010. — O Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, *Luís Filipe Marques Amado*. — O Ministro da Administração Interna, *Rui Carlos Pereira*.

203062734

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 5506/2010

1 — Ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 72/80, de 15 de Abril, aos membros do Governo que não tenham residência permanente na cidade de Lisboa ou numa área circundante de 100 km pode ser concedida habitação por conta do Estado ou atribuído um subsídio de alojamento, a título excecional, a partir da data do despacho de nomeação e enquanto durarem as suas funções.

2 — Nos termos do citado diploma e das competências delegadas pelo despacho n.º 1384/2010, do Primeiro-Ministro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 21 de Janeiro de 2010, compete ao Ministro de Estado e das Finanças a atribuição deste subsídio.

3 — Verificados que estão os requisitos legais e nos termos do Decreto-Lei n.º 72/80, de 15 de Abril, concedo a Laurentino José Monteiro Castro Dias, Secretário de Estado da Juventude e do Desporto, a Maria-Manuel Leitão Marques, Secretária de Estado da Modernização Administrativa, a José Adelmo Gouveia Bordalo Junqueiro, Secretário de Estado da Administração Local, a Fernando Pereira Serrasqueiro, Secretário de Estado do Comércio, Serviços e Defesa do Consumidor, a Bernardo Luís Amador Trindade, Secretário de Estado do Turismo, a José Carlos das Dores Zorrinho, Secretário de Estado da Energia e da Inovação, a Manuel Francisco Pizarro de Sampaio e Castro, Secretário de Estado Adjunto e da Saúde, a Óscar Manuel de Oliveira Gaspar, Secretário de Estado da Saúde, e a José Alexandre da Rocha Ventura Silva, Secretário de Estado Adjunto e da Educação, o subsídio de alojamento a que se refere o artigo 1.º do citado diploma legal, no montante de 75 % do valor das ajudas de custo estabelecidas para os vencimentos superiores ao índice 405 da função pública, com efeitos a partir da data da nomeação e enquanto permanecer no exercício daquelas funções.

25 de Fevereiro de 2010. — O Ministro de Estado e das Finanças, *Fernando Teixeira dos Santos*.

203047093

Despacho n.º 5507/2010

1 — Ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 72/80, de 15 de Abril, aos membros do Governo que não tenham residência permanente na cidade de Lisboa ou numa área circundante de 100 km pode ser concedida habitação por conta do Estado ou atribuído um subsídio de alojamento, a título excecional, a partir da data do despacho de nomeação e enquanto durarem as suas funções.

2 — Nos termos do citado diploma, e das competências delegadas pelo despacho n.º 1384/2010, do Primeiro-Ministro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 21 de Janeiro de 2010, compete ao Ministro de Estado e das Finanças a atribuição deste subsídio.

3 — Verificados que estão os requisitos legais e nos termos do Decreto-Lei n.º 72/80, de 15 de Abril, concedo a José Albino da Silva Penedo, presidente do Conselho Económico e Social (CES), o subsídio de alojamento a que se refere o artigo 1.º do citado diploma legal, no montante de 75 % do valor das ajudas de custo estabelecidas para as remunerações base superiores ao valor do nível remuneratório 18, com efeitos a partir da data da nomeação e enquanto permanecer no exercício daquelas funções.

25 de Fevereiro de 2010. — O Ministro de Estado e das Finanças, *Fernando Teixeira dos Santos*.

203060806

Despacho n.º 5508/2010

1 — Ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 72/80, de 15 de Abril, aos membros do Governo que não tenham residência permanente na cidade de Lisboa ou numa área circundante de 100 km pode ser concedida habitação por conta do Estado ou atribuído

um subsídio de alojamento, a título excecional, a partir da data do despacho de nomeação e enquanto durarem as suas funções.

2 — Nos termos do citado diploma, e das competências delegadas pelo despacho n.º 1384/2010, do Primeiro-Ministro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 21 de Janeiro de 2010, compete ao Ministro de Estado e das Finanças a atribuição deste subsídio.

3 — Verificados que estão os requisitos legais e nos termos do Decreto-Lei n.º 72/80, de 15 de Abril, concedo a Fernando Santos Pereira, chefe do gabinete do Presidente do Conselho Económico e Social (CES), o subsídio de alojamento a que se refere o artigo 1.º do citado diploma legal, no montante de 50 % do valor das ajudas de custo estabelecidas para as remunerações base superiores ao valor do nível remuneratório 18, com efeitos a partir da data da nomeação e enquanto permanecer no exercício daquelas funções.

25 de Fevereiro de 2010. — O Ministro de Estado e das Finanças, *Fernando Teixeira dos Santos*.

203060758

Despacho n.º 5509/2010

1 — Ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 72/80, de 15 de Abril, aos membros do Governo que não tenham residência permanente na cidade de Lisboa ou numa área circundante de 100 km pode ser concedida habitação por conta do Estado ou atribuído um subsídio de alojamento, a título excecional, a partir da data do despacho de nomeação e enquanto durarem as suas funções.

2 — Nos termos do citado diploma, e das competências delegadas pelo despacho n.º 1384/2010, do Primeiro-Ministro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 21 de Janeiro de 2010, compete ao Ministro de Estado e das Finanças a atribuição deste subsídio.

3 — Verificados que estão os requisitos legais, concedo ao Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, licenciado Luís Filipe Marques Amado, ao Ministro da Justiça, licenciado Alberto Sousa Martins, ao Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, Prof. Doutor António Manuel Soares Serrano, e à Ministra do Trabalho e da Solidariedade Social, licenciada Maria Helena dos Santos André, o subsídio de alojamento correspondente a 75 % do valor das ajudas de custo fixadas para o índice 405 do estatuto remuneratório dos funcionários e agentes da Administração Pública, desde a data da sua posse e pelo período de duração das respectivas funções.

25 de Fevereiro de 2010. — O Ministro de Estado e das Finanças, *Fernando Teixeira dos Santos*.

203062215

Gabinete do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais

Despacho n.º 5510/2010

A divulgação de informação estatística actualizada constitui uma das vertentes mais importantes da transparência e eficiência das entidades públicas.

A divulgação desta informação serve aos contribuintes em geral, ao meio académico, aos decisores políticos e à generalidade dos serviços públicos. Compreendidas adequadamente as necessidades destes utilizadores, a divulgação de informação estatística traduz-se também em ganhos significativos de eficiência no sector público e privado.

A informação actualmente disponibilizada no Portal das Finanças na Internet contém já um conjunto significativo de dados estatísticos relativos ao IRS e ao IRC, que satisfazem as necessidades da maioria dos utilizadores, permitindo-se ao utilizador a respectiva descarga.

As exigências de transparência e discussão pública das matérias fiscais impõem, no entanto, que se vão realizando sempre esforços adicionais para estar à altura das necessidades dos utilizadores. Reconhece-se, por um lado, que a necessidade de informação actualizada não se basta com os actuais prazos de divulgação de informação estatística, com uma dilação superior a 10 meses desde o termo do prazo de entrega das declarações de IRS e IRC, mostrando-se útil divulgar dados estatísticos mais cedo. Reconhece-se, por outro lado, que os utilizadores devem dispor hoje em dia de informação estatística respeitante a outros impostos que não apenas os impostos sobre o rendimento e que devem ter ao seu dispor mais do que dois anos de histórico, alinhando assim a nossa administração fiscal com as melhores práticas de outras instituições europeias.

Assim, determino o seguinte:

1 — A informação estatística relativa à receita fiscal de todos os impostos administrados pela Direcção-Geral dos Impostos (DGCI) e pela Direcção-Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o

Consumo (DGAIEC) deve ser universalmente acessível para consulta pública em plataforma electrónica nos termos do presente despacho.

2 — Compete às DGCI e DGAIEC, com a necessária colaboração da Direcção-Geral de Informática e Apoio aos Serviços Tributários e Aduaneiros (DGITA), desenvolver todas as tarefas que garantam o cumprimento do disposto no número anterior, nomeadamente elaborar, certificar e divulgar a referida informação estatística.

3 — A informação estatística é divulgada nos sítios na Internet da DGCI e da DGAIEC, devendo o acesso à mesma ser obrigatoriamente realizado a partir de hiperligações, com carácter permanente, a partir das respectivas páginas principais (*homepage*).

4 — A informação estatística a divulgar é a respeitante a:

a) IRS, IRC, IVA, IUC, imposto do selo, IMI e IMT, no tocante à DGCI;

b) IVA na importação, impostos especiais de consumo e ISV, no tocante à DGAIEC.

5 — A informação estatística divulgada deve englobar, para cada imposto, um histórico mínimo de cinco anos, podendo, consoante os casos, contemplar valores relativos à liquidação e ou à cobrança.

6 — A informação estatística é divulgada nos seguintes termos e prazos:

a) Informação relativa a IRS, IRC, IVA, impostos especiais de consumo e ISV, IMT, IUC e imposto do selo — até ao final de Março do ano seguinte;

b) Informação relativa ao IMI — até ao final de Maio do ano seguinte.

7 — A informação estatística disponibilizada deve ser coerente com a informação disponibilizada pela Direcção-Geral do Orçamento.

8 — Compete às DGCI e DGAIEC definir e desenvolver os formatos da informação estatística a divulgar.

9 — Deve ser disponibilizado em cada sítio na Internet um endereço de correio electrónico específico para a recepção de sugestões dos contribuintes em matéria de informação estatística.

18 de Março de 2010. — O Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, Sérgio Trigo Tavares Vasques.

203063422

Secretaria-Geral

Despacho (extracto) n.º 5511/2010

Para cumprimento do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, torna-se público que, por meu despacho de 05 de Fevereiro de 2010 e com a anuência do serviço de origem, foi autorizada a mobilidade interna da técnica superior do Ministério da Educação, afecta à Direcção Regional de Educação de Lisboa e Vale do Tejo, Ana Maria Pires Marques Vaz Oliveira, para a Secretaria-Geral do Ministério das Finanças e da Administração Pública, com manutenção da relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, na modalidade de mobilidade na categoria, pelo prazo de um ano, e com efeitos a 01 de Março de 2010, tendo como remuneração, nesse período, a correspondente à 10.ª posição remuneratória da carreira unicategorial de técnico superior e ao nível 45 da tabela remuneratória única, nos termos previstos no artigo 62.º n.º 1 da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, tendo sido celebrada o respectivo contrato de trabalho.

10 de Março de 2010. — O Secretário-Geral, José António de Mendonça Canteiro.

203063869

MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR

Despacho n.º 5512/2010

Nos termos do artigo 177.º da Lei n.º 62/2007, de 10 de Setembro (regime jurídico das instituições de ensino superior), do artigo 101.º dos Estatutos da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, homologados pelo despacho normativo n.º 63/2008, do Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 237, de 9 de Dezembro de 2008, a gestão patrimonial e financeira das instituições de ensino superior é controlada por um fiscal único, designado, de entre revisores oficiais de contas ou sociedades de re-

visores oficiais de contas, por despacho conjunto dos Ministros de Estado e das Finanças e da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, ouvido o reitor da Universidade e com as competências fixadas na Lei Quadro dos Institutos Públicos.

Assim, ao abrigo da Lei n.º 62/2007, de 10 de Setembro, do artigo 101.º dos Estatutos da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro e do artigo 27.º da Lei n.º 3/2004, de 15 de Janeiro, republicada pelo artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 105/2007, de 3 de Abril, e posteriormente alterada pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro, Lei Quadro dos Institutos Públicos:

1 — É nomeado fiscal único da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro a Sociedade António Magalhães & Carlos Santos, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas.

2 — A presente nomeação tem a duração de três anos, podendo ser renovada nos termos da lei.

3 — É fixada para o fiscal único da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro a remuneração anual ilíquida equivalente a 25% da quantia correspondente a 12 meses do vencimento base mensal ilíquido atribuído, nos termos legais, ao respectivo reitor, acrescida de IVA à taxa legal em vigor.

4 — O presente despacho produz efeitos a partir da data da sua assinatura.

26 de Outubro de 2009. — O Ministro de Estado e das Finanças, Fernando Teixeira dos Santos. — O Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, José Mariano Rebelo Pires Gago.

203060669

Despacho n.º 5513/2010

Nos termos do artigo 117.º da Lei n.º 62/2007, de 10 de Setembro (regime jurídico das instituições de ensino superior), a gestão patrimonial e financeira das instituições de ensino superior é controlada por um fiscal único, designado, de entre revisores oficiais de contas ou sociedades de revisores oficiais de contas, por despacho conjunto dos Ministros de Estado e das Finanças e da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, ouvido o reitor da universidade e com as competências fixadas na lei quadro dos institutos públicos.

Assim, ao abrigo da Lei n.º 62/2007, de 10 de Setembro, e do artigo 27.º da Lei n.º 3/2004, de 15 de Janeiro, republicada pelo artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 105/2007, de 3 de Abril, e posteriormente alterada pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro, lei quadro dos institutos públicos:

1 — É nomeada fiscal único da Universidade da Beira Interior a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas Cruz Martins e Pega Magro.

2 — A presente nomeação tem a duração de três anos, podendo ser renovada nos termos da lei.

3 — É fixada para o fiscal único da Universidade da Beira Interior a remuneração anual ilíquida equivalente a 25% da quantia correspondente a 12 meses do vencimento base mensal ilíquido atribuído, nos termos legais, ao respectivo reitor, acrescida de IVA à taxa legal em vigor.

4 — O presente despacho produz efeitos a partir da data da sua assinatura.

30 de Novembro de 2009. — O Ministro de Estado e das Finanças, Fernando Teixeira dos Santos. — O Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, José Mariano Rebelo Pires Gago.

203060733

MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

MARINHA

Gabinete do Chefe do Estado-Maior da Armada

Portaria n.º 228/2010

Manda o Almirante Chefe do Estado-Maior da Armada, ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do artigo 68.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas (EMFAR), promover por escolha ao posto de capitão-tenente, em conformidade com o previsto na alínea c) do artigo 216.º do EMFAR, o primeiro-tenente da classe de Marinha:

20692 Paulo Alexandre da Silva e Costa

(no quadro), que satisfaz as condições gerais e especiais de promoção fixadas, respectivamente nos artigos 56.º e 227.º do mencionado Estatuto, a contar de 01 de Outubro de 2009, data a partir da qual lhe conta a respectiva antiguidade e lhe são devidos os vencimentos do novo